

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL GABRIEL MARTINS – BANCADA DO PSD/CDS-PP

Caríssimas e caríssimos deputados municipais, caríssimos vereadores, Excelentíssimos Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Hoje, já comemoramos 46 anos da Revolução de Abril de 1974.

A coragem do Movimento das Forças Armadas, constituídas por um grupo de progressistas militares que teve todo o apoio dos populares, não só pôs fim a uma longa ditadura mas, outrossim, abriu caminho a uma constituição democrática que, com revisões de atualização assegura o regime jurídico da democracia constitucional e é, consabidamente, o garante da certeza e da segurança das instituições democráticas.

O 25 de Abril de 1974, trouxe profundas transformações democráticas no nosso país.

Conquistaram-se liberdades e garantias, direitos políticos, económicos, sociais e culturais, afirmaram-se a soberania e a independência nacionais, que foram consagradas na Constituição da República Portuguesa, hoje partilhadas com a União Europeia.

O recente fenómeno da globalização cultural para o qual muito têm contribuído as novas tecnologias, tem vindo a dar lugar a uma nova forma de Estado de direito, que por sua vez, também se confronta com a renovação e ou a institucionalização de estruturas para criação, interpretação e aplicação de respostas adequadas às necessidades atuais de prevalência dos valores sociais e individuais, contemporâneos.

A própria globalização contribui para um Estado de direito democrático, na medida em que os direitos fundamentais tendem a ser globais e tendo como suporte global as fontes internacionais dos direitos universais, a saber, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.

Esta dinâmica da evolução social, tem levado os Estados que se vão democratizando, tal como aconteceu em Portugal desde o 25 de Abril de 1974, a legislar constituições democráticas com separação de poderes, com direitos fundamentais, direitos sociais, organização judiciária com setores de decisão independentes, a uma ordem jurídica que concretize os direitos fundamentais, e ainda a legislar soluções para a nova e moderna organização social democrática vocacionada para a sociedade de consumo, o ambiente, a educação, o novo direito de protecção da família e menores, etc.,

A evolução ou construção democrática registada nestes 46 anos de democracia leva-nos, agora de forma amadurecida, a problematizar e tentar compreender as diversas questões que se colocam neste domínio e que apelam à reflexão e à participação de todos nós, porque é de relevante importância para um exercício independente, sério, justo e democrático nos novos desafios colocados pela sociedade contemporânea - a sociedade do saber e a sociedade da informação - ao exercício do direito de cidadania, porque é de acentuada importância o exercício deste direito de cidadania, nas relações no seio da sociedade, com os órgãos de informação social e ainda no âmbito de organizações político-partidárias no modelo de um Estado de Direito e que assenta na legitimidade legal e democrática, para, sobretudo, ajudar a construir um mundo melhor.

Mormente, perante eventuais falhas da construção ou da evolução e até de contestação a este modelo democrático e para salvaguarda dos direitos fundamentais e dos novos direitos sociais e individuais é que todos somos chamados

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

para a realização da democracia, onde, acima de tudo é a nossa consciência no exercício de funções políticas ou sociais que é chamada para colmatar as falhas e dirimir a materialidade da questão democrática.

Confrontamo-nos hoje com vária legislação que regula todos os setores da vida social privada e pública mas perante a necessidade de exercer o direito de cidadania, na forma política ou social para realizar direitos dos cidadãos.

Esse exercício deve tender para a imparcialidade e para os valores que o Estado de direito preconiza e defende, e aqui tem de permanecer intocável o núcleo da ética da convicção social, na crença do que é verdadeiro.

É o sistema político que, na ausência de outros contrapesos institucionais, clama por novas codificações éticas, clama pela função supletiva da nossa consciência, num plano de regras morais para a metodologia política.

E neste momento em que evocamos os 46 anos de democracia, confrontamo-nos também e numa vertente de globalização, com a terceira guerra mundial que só difere das 1ª e 2ª, porque não é bélica mas biológica, com um inimigo invisível e traiçoeiro - o coronavírus.

Todos os analistas económicos antevêem uma crise económica e financeira sem precedentes.

Sendo o nosso município, de pequena dimensão e de poucos recursos, não escapará certamente à tão abaladora recessão económica que se configura.

Por isso, o primado da nossa preocupação deve ser de um comportamento solidário na defesa dos munícipes mais vulneráveis que venham a ser as principais vítimas das nefastas consequências económicas e sociais da crise provocada pela pandemia da doença COVID-19.

Em concreto, aproveitemos o conhecimento das transformações democráticas do nosso País desde o 25 de Abril de 1974, para reafirmamos os ideais democráticos com a mitigação de discriminações políticas, de injustiças sociais, da irradicação da pobreza, da desigualdade de género e da precarização do trabalho.

Para lançarmos um forte apelo às funções sociais do Estado e que são da competência da Câmara Municipal no que tange à ajuda das instituições sociais e IPSS, vocacionadas para o conforto do modo de vida dos mais idosos, porque foram estes que nos legaram este mundo melhor e democrático.

Aqui chegados e confrontados com a actual pandemia, comemorar Abril é convergir na defesa dos valores democráticos ultrapassando constrangimentos.

Comemorar Abril é convergir para valores da cooperação democrática, centralizados na defesa dos interesses dos nossos munícipes.

Este é um momento difícil que pode fragilizar a democracia, por isso é um momento de acrescida responsabilidade de todos os quadrantes políticos para assegurar a democracia e os princípios constitucionais.

Só venceremos o efeito pandémico de crise sanitária e as suas repercussões económicas, com solidariedade e união das forças políticas, dos agentes económicos e das pessoas em geral, não é o momento para aproveitamentos políticos ou pessoais.

O mundo mudou e jamais será igual.

O futuro já começou no passado dia 13 de março, todos precisamos de todos não devendo excluir-se ninguém.

Por isso o PSD e os deputados municipais do grupo político "Acreditar em Alfândega da Fé" composto pelo PSD e CDS concordam com as medidas aplicadas pelo executivo municipal com vista ao estado de emergência.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Vamos continuar a sugerir e a apoiar novas medidas de adaptação em função da evolução da pandemia, através dos nossos vereadores do PSD que, tão bem, têm desempenhado uma eficaz acção política na colaboração das medidas necessárias.

A declaração do estado de emergência e as medidas tomadas pelo executivo municipal para este período conturbado, por si só, não vão resolver, no imediato, o problema, vai ajudar a resolver mas o problema vai durar, provavelmente mais de um ano.

Enquanto decorrer esta catástrofe, sempre apoiaremos o executivo nas medidas que vierem a ser necessárias, não deixando de assinalar com relevo que, para nós, o investimento público necessário e prioritário é, agora, no plano da saúde pública, este é o momento de fazer cativações no investimento público dos eventos festivos e dos arranjos florais porque, para nós, o investimento público prioritário, deve ser nos equipamentos de protecção e testes de diagnóstico da doença Covid-19 e ainda no apoio social dos mais desfavorecidos.

Fazemos saber, aqui e de forma pública, caros munícipes, que votaremos a favor de todas as medidas estratégicas de combate à crise pandémica e económica que começa a assolar o nosso concelho de Alfândega da Fé.

Um bom povo como o nosso, merece uma boa liderança política, para a qual teremos o privilégio de contribuir.

Depois da revolução de Abril, façamos agora, uma Revolução de Cidadania, capaz de derrubar os velhos conceitos de inimizade e aproveitamento político.

O momento exige-nos a todos, honestidade intelectual, muita responsabilidade política e a atrás já referida ética num apelo à função supletiva da nossa consciência, dirigida para um plano de regras morais, para a acção política no sentido da solidariedade e da união, para o combate à ameaça pandémica.

Tudo isto, em nome do superior interesse dos nossos munícipes e neste quadrante, enquanto permanecerem estas circunstâncias extraordinárias, não seremos oposição, seremos, aliado político no combate comum, ao flagelo.

Se fomos sufragados e mandatados para defender os interesses dos munícipes alfandeguenses e se o seu principal interesse é, neste momento, a luta contra a pandemia, por razão de força maior, será esta, a pandemia, o nosso adversário público, logo cumpre-nos ajudar o município a vencer esta catástrofe.

Caro Presidente da Câmara Municipal de Alfândega de Fé, deixando um apelo aos munícipes para que cumpram rigorosamente a sua parte nas medidas de segurança e isolamento possível, conte com a colaboração do PSD no ataque a esta pandemia, com a disponibilidade já demonstrada pelos senhores vereadores e pelos senhores deputados municipais.

Vivemos um momento de consciencialização, vamos cuidar uns dos outros e de nós mesmos, por um Mundo melhor, para o nosso concelho.

Segundo Miguel Torga, somos “Homens de Granito”.

Ora, com solidariedade política e bairrismo, unidos contra esta adversidade que já matou mais de 150 mil pessoas em todo o Mundo, também se cumpre Abril e se constrói a democracia.

Disse.

Em tempo:

Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, finda a intervenção ora proferida, é para mim muito grande a honra que me cabe de lhe comunicar que, tendo por base o humanismo e a solidariedade nesta conjuntura económico-social, perante a qual não podemos permanecer de braços cruzados, os Senhores deputados

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

municipais e os vereadores da bancada do PSD/CDS que aqui represento, doam o valor da sua senha de presença desta assembleia extraordinária da comemoração do 25 de Abril de 1974, às IPSS do concelho, com cuja doação pretendemos aliviar as dificuldades dessas instituições e dos seus beneficiários.

Alfândega da Fé, 25 de Abril de 2020

O Deputado Municipal

Gabriel Martins